

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
1. A Constituição brasileira e o seu sistema de direitos fundamentais....	1
2. A concretização dos direitos fundamentais .....	8
3. Problemática geral e objetivos centrais.....	20
4. Hipóteses .....	26
5. Premissas básicas .....	29
6. Caminho a ser percorrido.....	35
 <b>Parte I – Evolução histórica, jurisprudencial e doutrinária do princípio da proporcionalidade; definições analítico-conceituais e distinção de figuras afins</b>  	
<b>Capítulo I – O princípio da proporcionalidade e o Estado de Direito: De instrumento autônomo de defesa da liberdade individual a princípio estruturante do Estado de Direito .....</b>	<b>51</b>
1. Notas introdutórias e fontes remotas do princípio da proporcionalidade.....	51
2. O princípio da proporcionalidade e o Estado de polícia .....	59
2.1. Proporcionalidade e o Tribunal Administrativo Superior da Prússia .....	65
3. Proporcionalidade, Monarquia constitucional e Estado de Direito liberal.....	67
4. O princípio da proporcionalidade e o Estado de Direito social e democrático.....	83

**Capítulo II – O princípio da proporcionalidade e sua formatação inicial na doutrina e jurisprudência do novo constitucionalismo ..... 99**

1. O princípio da proporcionalidade e o Tribunal Constitucional Federal alemão ..... 99
2. O princípio da proporcionalidade e a sua recepção inicial pela doutrina alemã..... 117
3. O acolhimento do princípio da proporcionalidade pela doutrina constitucional brasileira e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....127
  - 3.1. O princípio da proporcionalidade e as primeiras manifestações da doutrina brasileira .....127
  - 3.2. A utilização inicial do princípio da proporcionalidade pela jurisprudência do STF .....136
4. Notas dogmáticas e próximos passos ..... 145

**Capítulo III – Princípio da proporcionalidade: da fundamentação, definição terminológica e natureza jurídica à análise estrutural, aplicativa e diferenciação de figuras afins ..... 171**

1. Preliminares: a colocação do problema ..... 171
2. Fundamentação constitucional ..... 173
3. Opção terminológica .....195
4. Natureza jurídica ..... 200
5. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....217
6. Proporcionalidade e constitucionalismo global ..... 238
7. O princípio da proporcionalidade e a ponderação ..... 247
  - 7.1. Exposição preliminar..... 247
  - 7.2. Críticas à ponderação e à proporcionalidade em sentido estrito ...253

7.2.1 Irracionalidade da ponderação e incomensurabilidade dos seus objetos de valoração .....	255
7.2.2. A invasão da jurisdição constitucional no espaço de conformação da Constituição reservado ao legislador democraticamente eleito .....	259
7.2.3. Enfrentamento preliminar às críticas .....	263
7.3. Pressupostos da ponderação.....	269
7.3.1 Direitos fundamentais e colisão.....	269
7.3.2. Colisões como fenômenos normativos .....	283
7.3.3. Conjecturas normativas conflituais indispensáveis à ponderação.....	289
7.4. Considerações acerca da incomensurabilidade e irracionalidade da ponderação.....	296
7.5. Ponderação e princípio proporcionalidade .....	302
7.5.1. A Teoria dos Princípios de Robert Alexy.....	304
7.5.2. Semelhanças e distinções entre a ponderação e o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito .....	311
7.5.2.1. Ponderação judicial em cada uma das faces do princípio da proporcionalidade e ponderação legislativa.....	312
7.5.2.2. Objeto da ponderação.....	326
7.6. A ponderação como método jurídico.....	327
<b>Bibliografia – Tomos I e II .....</b>	<b>339</b>
<b>Acórdãos Utilizados – Tomos I e II .....</b>	<b>371</b>